



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0005284-18.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito**  
 Documento de Origem: **IP, BO - 097/2015 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 302/2015 - Delegacia Seccional de Polícia de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **JOSE ROBERTO DE SOUZA**

Aos 24 de abril de 2018, às 16:00h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **EDUARDO CEBRIAN ARAÚJO REIS**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **JOSÉ ROBERTO DE SOUZA**, acompanhado da Dra. Amanda Grazielli Cassiano Diaz, Defensora Pública. Iniciados os trabalhos foi inquirida a testemunha de acusação Wilson Vieira Júnior, sendo o réu interrogado ao final, o que foi feito através de gravação em arquivo multimídia no sistema SAJ e nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressas as qualificações de todos em separado e anexadas na sequência. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no artigo 306, § 1º, inciso I, da Lei nº 9.503/97 uma vez que conduzia veículo em via pública estando com sua capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool. A ação penal é procedente. Ao ser ouvido o réu confessou que estava dirigindo e que tinha ingerido bebida alcoólica. O PM ouvido disse que o réu dirigia e apresentava sinais de embriaguez. O exame pericial encartado aos autos revelou que na época o índice de alcoolemia era de 2,2 gramas de álcool por litro de sangue, quadro este já suficiente para caracterizar o crime de embriaguez ao volante. O entendimento doutrinário e jurisprudencial pacífico é no sentido de que o crime de embriaguez ao volante é de perigo abstrato, bastando que o motorista, ao dirigir, esteja em uma ou mais das condições indicadas no artigo 306, § 1º do Código de Trânsito, sem necessidade de que se prove qualquer perigo concreto em decorrência da embriaguez. A própria redação do artigo 306, § único é bem clara neste sentido, de que considera-se sob influência de álcool quem estiver sob índice de alcoolemia igual ou superior a 0,6 gramas por litro de sangue, como era o caso do acusado. Assim, bem caracterizado está o crime em apreço. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. Como tecnicamente é primário o MP não se opõe a que a pena restritiva de liberdade seja substituída por pena restritiva de direito, sendo no caso, a mais adequada a de prestação de serviços à comunidade, em face da personalidade do acusado, posto que um ano depois à ocorrência deste processo o réu foi novamente surpreendido dirigindo embriagado, tendo inclusive sido condenado. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Adoto o relatório do Ministério Público. Malgrado tenha sido comprovado que o acusado ingeriu bebida alcoólica antes de dirigir, não restou demonstrado pela acusação que o réu estava com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência do álcool, elemento do tipo. O réu narrou que apesar de ter ingerido bebida dirigia normalmente. O policial hoje ouvido visivelmente não se recordava ao certo do caso específico do réu, tendo narrado situação genérica, compatível com a maioria dos casos de embriaguez ao volante. Não se recordou ter abordado o réu em razão de curva realizada pelo mesmo, conforme até mesmo narra a denúncia.



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

Desta forma a versão do réu de que conduzia seu veículo de forma não alterada não restou afastada pela prova produzida pela acusação. Desta forma, não há prova que o réu estivesse com sua capacidade psicomotora alterada em razão da influência do álcool. Requer-se, pois, sua absolvição. Em caráter subsidiário, caso haja condenação, requer-se a imposição da pena no mínimo legal, imposição de regime aberto e a substituição da pena restritiva de liberdade por pena restritiva de direito, observando-se que à época dos fatos o réu era formalmente primário. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. JOSÉ ROBERTO DE SOUZA**, RG 18.200.062, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 306, § 1º, inciso I, da Lei nº 9.503/97, porque no dia 20 de janeiro de 2015, por volta das 20:55h, na rua Antônio Gigliote, nesta cidade, conduzia veículo automotor, um Kadet, placas DGW-0683, estando com a sua capacidade psicomotora alterada em razão de influência de álcool. Segundo foi apurado, na ocasião, policiais militares faziam patrulhamento de rotina quando avistaram o denunciado dirigindo o veículo acima indicado pela via pública mencionada; como José Roberto efetuou uma curva em alta velocidade, foi ele abordado; os policiais suspeitaram de embriaguez, sendo que o denunciado se submeteu ao exame de alcoolemia, tendo o laudo comprovado um índice de 2,2g de álcool por litro de sangue. O indiciado confirmou que havia ingerido bebida alcoólica antes de dirigir o carro. Recebida a denúncia (pag. 33), o réu foi citado (pag.38), tendo aceitado a proposta de suspensão do processo em audiência (fls. 39). Posteriormente o benefício foi revogado em virtude do réu ter praticado outro delito no período de prova e condenado (fls. 63). O acusado respondeu a acusação através da Defensoria Pública (pag.65). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foi inquirida uma testemunha de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição por falta de provas, requerendo, em caso de condenação a aplicação da pena no mínimo legal, fixação de regime aberto e substituição da pena restritiva de liberdade por pena restritiva de direito. **É o relatório. DECIDO.** A ação penal é procedente. A materialidade está demonstrada pelo laudo de exame de dosagem alcoólica de fls. 6 e pela prova oral produzida. A autoria também é certa. Interrogado na presente audiência o réu admitiu a prática da infração penal que lhe é atribuída mencionando que conduzia o veículo após ingerir bebida alcoólica. A confissão harmoniza-se com os elementos amealhados no contraditório. O policial militar Wilson Vieira Junior, ouvido nesta solenidade, disse que abordou o réu conduzindo o automóvel mencionado na denúncia e notou que o mesmo apresentava sinais exteriores de embriaguez, uma vez que ostentava odor etílico e caminhava sem equilíbrio. Dessa forma o fato de o acusado estar dirigindo alcoolizado está comprovado nos autos conforme pode ser observado pelo exame de dosagem alcoólica de fls. 6, que concluiu que a quantidade de álcool etílico existente no sangue do réu era de 2,2 g/l, montante superior ao definido no tipo legal descrito no artigo 306 do Código de Trânsito. O E. STF entende que, com o advento da Lei nº 11.705/08, inseriu-se a quantidade mínima exigível de álcool no sangue para se configurar o crime de embriaguez ao volante e se excluiu a necessidade de exposição de dano potencial, sendo certo que a comprovação da mencionada quantidade de álcool no sangue pode ser feita pela utilização do teste do etilômetro ou pelo exame de sangue, o que ocorreu na hipótese dos autos. Precedentes: Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 110.258/MG, 1ª Turma do STF, Rel. Dias Toffoli. j. 08.05.2012, unânime, DJe 24.05.2012; Habeas Corpus nº 109.269/MG, 2ª Turma do STF, Rel. Ricardo Lewandowski. j. 27.09.2011, unânime, DJe 11.10.2011. Assim, no tipo penal sob análise, basta que se comprove que o acusado conduzia veículo automotor, na via pública, apresentando concentração de álcool no sangue igual ou superior a 6 decigramas por litro para que esteja caracterizado o perigo ao bem jurídico tutelado e, portanto, configurado o crime. O delito de embriaguez ao volante talvez seja o exemplo mais emblemático da indispensabilidade da categoria dos crimes de perigo abstrato, e de sua previsão de modo a tutelar a segurança no trânsito, a incolumidade física dos indivíduos, e a própria vida



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

humana, diante do risco que qualquer pedestre ou condutor de automóvel se submete ao transitar na mesma via que alguém que dirige embriagado. O E. STJ posiciona-se no mesmo sentido. A respeito confira-se: Habeas Corpus nº 233453/RJ (2012/0029701-0), 5ª Turma do STJ, Rel. Gilson Dipp. j. 17.05.2012, unânime, DJe 24.05.2012; Habeas Corpus nº 161393/MG (2010/0019644-7), 5ª Turma do STJ, Rel. Jorge Mussi. j. 19.04.2012, unânime, DJe 03.05.2012. Impõe-se, em consequência, o acolhimento da pretensão condenatória expressa na denúncia. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos individualizadores da reprimenda, que o réu, embora registrando antecedente, é tecnicamente primário, delibero impor-lhe as penas nos respectivos mínimos, isto é, de seis meses de detenção e dez dias-multa, no valor mínimo, além da suspensão de sua habilitação para dirigir por dois meses. Anoto que a atenuante da confissão espontânea que ora se reconhece não enseja redução aquém do piso (Súmula 231 do STJ). Presentes os requisitos legais, substituo a pena restritiva de liberdade por pena restritiva de direito consistente na prestação pecuniária de um salário mínimo em favor de entidade pública ou privada com destinação social. **Condeno**, pois, **JOSÉ ROBERTO DE SOUZA** à pena de **6 (seis) meses de detenção e dez dias-multa, no valor mínimo, substituída a primeira por pena restritiva de direito, consistente em prestação pecuniária de um salário mínimo em favor de entidade pública ou privada com destinação social a ser designada oportunamente, por ocasião da execução, além da suspensão de sua habilitação para dirigir por dois (2) meses**, por ter transgredido o **artigo 306 da Lei 9503/97**. Em caso de reconversão à pena primitiva o regime será o **aberto**. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS**. Eu, Cassia Maria Mozaner Romano, digitei.

MM. Juiz(assinatura digital):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):